



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

SILENCIAR PARA SEGUIR: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS CONSERVADORES

Iana Gomes de Lima

UFRGS

ianagomesdelima@gmail.com

Maria Fernanda Caxias e Silva

UFSC

mfcxss@gmail.com

Resumo

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2014, as escolas públicas, por meio da figura de seus professoras/es, têm sofrido duros ataques (Miguel, 2016; Penna, 2017). O movimento Escola sem Partido (EsP) foi um dos grandes responsáveis por organizar tais investidas, incitando a denúncia de docentes por meio, centralmente, de duas pautas: “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica” (Miguel, 2016). Professoras/es começaram a ser expostos em redes sociais, por meio de gravações realizadas por estudantes em sala de aula e de prints de postagens de seus perfis privados. Entende-se a importância do EsP para a criação de um cenário de desconfiança em relação aos/as docentes, o que favoreceu a proliferação de políticas de controle do trabalho de professoras/es. Na pesquisa intitulada “O avanço conservador na educação: como comunidades escolares articulam discursos hegemônicos conservadores”, financiada pelo CNPq, entrevistou-se 75 pessoas, entre docentes e membros da gestão, de cinco cidades: Brasília/DF, Florianópolis/SC, Jaboatão dos Guararapes/PE, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Por meio de entrevistas semiestruturadas, identificou-se que um dos efeitos do conservadorismo na educação foi o estabelecimento de uma autocensura por parte dos docentes, bem como a incorporação da neutralidade como um discurso pedagógico. O objetivo deste trabalho é justamente analisar esses dois efeitos do conservadorismo no trabalho docente. Metodologicamente, as entrevistas foram analisadas por meio da análise temática (Braun; Clarke, 2006) e da análise relacional (Apple, 2006). De acordo com Apple (2006), a análise relacional implica em examinar as diferentes relações entre um determinado objeto de estudo e a sociedade como um todo – bem como os agentes que a

compõem. Ademais, fez-se uso da análise temática: uma metodologia qualitativa que, sumariamente, identifica, analisa e relata temas nos dados de uma pesquisa (Braun; Clarke, 2006). Por meio dessas lentes metodológicas, construiu-se 11 temas e dois temas transversais, que são justamente autocensura e neutralidade. Compreende-se que são transversais, porque se manifestam em relação a diversos temas encontrados na investigação: à agenda antigênero, ao trabalho com questões étnico-sociais, às pautas religiosas, etc. A autocensura aparece como um achado importante junto às comunidades escolares. Entende-se que é um *efeito, uma consequência*, da atuação do ideário conservador sobre a escola e seus sujeitos. Esse tema transversal foi identificado em inúmeras falas de docentes e de gestores/as, quando estes assumem que evitam, regulam, modulam ou mesmo interditam determinados assuntos e/ou conhecimentos em suas aulas. Esse processo ocorre, entretanto, provocado por vias distintas. Em algumas falas, docentes relacionam a sua deliberada atitude de não abordar determinados assuntos ao fato de já terem sofrido represálias de diversas naturezas (verbais, intimidações, processos, ameaças, humilhações etc.), ou ao medo/receio de as receberem. Esse é o caso de uma escola de Brasília, na qual a vice-diretora afirma que:

[...] o Grêmio Estudantil do Ensino Médio veio trazer esses dias que eles queriam fazer um evento aqui do orgulho gay e trazer gente de fora E, aí, a direção se informou na regional e falou: “é melhor não, melhor não fazer, porque outros pais vão vir com tudo”, entendeu? Vai vir denúncia em cima de denúncia que a escola está fazendo isso. Então a gente conversou com eles com muita calma que a gente teria retaliação dos outros pais e eles concordaram que tudo bem. (Vice-diretora, Brasília).

A autocensura também ocorre quando o próprio/a docente é interpelado/a pelo ideário conservador e passa a aceitar que determinados conhecimentos ou temas são demasiadamente polêmicos, ou inadequados para serem trabalhados na escola, ou mesmo que dizem respeito ao que seria apenas do foro familiar. Por sua vez, o outro tema transversal - neutralidade - se relaciona com narrativas que defendem a imparcialidade do trabalho pedagógico. Advogam que docentes não devem influenciar estudantes com suas perspectivas ideológicas, que a escola não pode discutir temáticas consideradas polêmicas (como é o caso de gênero, sexualidade, raça, diversidade religiosa, questões políticas) e/ou que suplantam o que é definido pela família. A neutralidade também pode aparecer



associada à ideia de cientificidade e/ou como um elemento que confere qualidade à educação, sustentando a noção de que é possível transmitir conhecimentos de forma asséptica e de que temas considerados polêmicos devem ser excluídos da sala de aula. Um exemplo desta questão é visto na fala de uma professora de Florianópolis, ao afirmar que: “Olha, eu trabalho com textos que eles já têm esse viés [referindo-se a temas de gênero e sexualidade] que são do próprio vestibular, do próprio ENEM. Então assim, eu simplesmente não opino, porque não é um papel, meu papel é língua. Basicamente, eu estou dando conhecimento universal, eu não tenho o que opinar sobre ele”. A análise das entrevistas revela que docentes e gestores/as escolares, ao lidarem com o avanço de discursos conservadores nas escolas, não apenas reconheceram a pressão externa, mas também produziram novas subjetividades (Ball, 2014). Isso significa que os discursos hegemônicos foram internalizados por professoras/es, gerando efeitos diretos sobre sua prática pedagógica. A desconfiança sobre o trabalho docente, alimentada por esses discursos, resultou em mecanismos como a autocensura e a defesa da neutralidade, muitas vezes entendida como um imperativo ético ou científico. Nesse processo, a subjetivação das críticas transforma-se em uma forma de vigilância de si, na qual o docente passa a evitar certos temas, com receio de sanções, conflitos ou retaliações, ainda que reconheça a importância pedagógica de tais discussões. Nesse cenário, tanto a autocensura quanto a neutralidade devem ser compreendidas como estratégias defensivas diante de um contexto marcado pela vigilância e hostilidade (Human Rights Watch, 2022). Os dados analisados indicam que essas práticas se consolidam como formas de resignação frente à força dos discursos conservadores e à dificuldade de enfrentá-los individualmente. Assim, os temas transversais de autocensura e neutralidade não apenas permeiam os demais achados da pesquisa, mas apontam para um processo mais profundo: o de aquiescência, de aceitação prática daquilo que não se consegue combater de forma isolada. Muitos/as docentes reconhecem que há prejuízo para a formação dos/das estudantes ao se furtarem de determinados debates, mas consideram que silenciar e manter-se “neutro/a” é, hoje, uma estratégia de sobrevivência — uma forma de seguir em frente sem se expor, ainda que isso represente tensionar os próprios compromissos ético-políticos da educação.

Palavras-chave: Controle do trabalho Docente. Conservadorismo. Subjetivação.



Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BALL, Stephen. J. **Educação global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

HUMAN RIGHTS WATCH – HRW. **“Tenho medo, esse era o objetivo deles”**: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. [S.l.], Relatório, 2022. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>>.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” a “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016. DOI: <<https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PENNA, Fernando. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” Partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.